

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

“RESTO DOS POVOS QUE JÁ MORRERAM”: COLECIONISMO DE CERÂMICAS
ARQUEOLÓGICA NA FREGUESIA DO ANDIRÁ – BARREIRINHA-AM

Daiane Cristina Souza de Souza¹

Prof^ª orientadora: Clarice Bianchezzi²

Resumo: O presente artigo apresenta algumas das coleções arqueológicas que estão sobre a guarda de moradores do Distrito de Freguesia do Andirá, local riquíssimo em vestígios arqueológicos. Esta pesquisa contou com a colaboração da comunidade através de rodas de conversas informais, questionários e observação, que possibilitaram conhecer os sujeitos que guardam essas coletâneas e que se mostraram interessados em nos ajudar compartilhando os saberes, histórias de vidas que relacionadas as cerâmicas de índio, trazendo elementos e informações de como suas coleções foram sendo formadas, da relação com as mesmas e de como foram sendo separadas e guardadas entre as milhares de peças que se estende pela comunidade.

Palavra chaves: Cerâmicas arqueológicas, Coleccionismo, Freguesia do Andirá.

¹ Graduanda do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEPIA.

² Professora mestre, docente do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas, orientadora dessa pesquisa. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEPIA. Doutoranda do Programa de Antropologia - Área de Concentração: Arqueologia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Introdução

O Distrito de Freguesia do Andirá está localizado a 11km município de Barreirinha, no estado do Amazonas e fica a margem esquerda do Rio Andirá. Nesta localidade a incidência de matérias arqueológicas é de “grande porte e alta relevância” (Lima, 2005, p. 41).



Fonte: Google, 2018.

O afloramento de materiais arqueológicos na Amazônia, proporciona aos pesquisadores fazer uma reconstrução da História dos povos que se estabeleceram no Baixo Amazonas no passado distante. As pesquisas realizadas a partir dos vestígios encontrados, nos ajuda a entender como essas sociedades organizavam-se, se alimentavam, através do estudo da produção cerâmica destacando a importância destes vestígios arqueológicos para compreender essa a história.

Pensando nisso, busco apresentar neste trabalho, o colecionismo de cerâmicas arqueológicas do Distrito da Freguesia do Andirá, município de Barreirinha, que fica distante, aproximadamente, 337 Km de Manaus-AM (em linha reta) e 42 Km (em linha reta) de Parintins-AM, com acesso via fluvial, me apropriando da fala de um comunitário para intitular esta pesquisa: “*Resto dos povos que já morreram*”, uma referência dada aos matérias arqueológicos encontrados naquela localidade. Sendo assim, este, apresenta seis coleções domésticas desse Distrito, onde a incidência de vestígios arqueológicos está bastante presente nas ruas e quintais. Buscando a valorização, salvaguarda e educação

histórica, a partir desses materiais organizamos as imagens em estilo catálogo que será disponibilizado a comunidade, além de somar para possíveis pesquisas que venham ser realizadas sobre o tema.

A coleta de dados deu-se por meio do contato direto com os moradores dentro da comunidade, através conversas, questionários e observação, o que foi devidamente registrado no caderno de campo. Para organizar o catálogo foi necessário o registro fotográfico com escala e embasamento teórico (BEZERRA 2011,2013,2014; GOMES,2002; LIMA, 2005; NEVES, 2006; TROUFFLARD, 2012), para realizar a descrição das coleções domésticas de cerâmicas existentes naquela localidade.

Essa catalogação das coletâneas domésticas encontradas em Freguesia do Andirá, a qual variam de 1 a 69 peças, ainda podem ser modificadas uma vez que todos os dias surgem novos materiais, muito embora haja outras coleções pela comunidade. O trabalho aqui apresentado contou com a importante cooperação dos moradores do Distrito, que se mostraram muito prestativos, permitindo o registro fotográficos de suas coleções.

2. Amazônia e a cerâmica: vestígios de presença humana

Já faz muito tempo, que foi refutada a ideia de que a Amazônia dificilmente poderia ser capaz de abrigar uma densa população pré-colonial, uma vez que a fauna era escassa, o solo pobre e que dificilmente produziria algo que sustentasse e desenvolvesse grandes números de indivíduos, limitando-os, tanto em números quanto culturalmente.

Essa ideia equivocada e avessa da realidade se estendeu por muitos anos dentro da História, mas “a arqueologia mostra que essa é uma falsa premissa” (Neves, 2006, p.7), já que, os trabalhos desenvolvidos nessa área apontam que as cerâmicas datadas mais antigas encontradas na América do Sul, são dos povos Amazônicos. Nestor Kämpf e Dirse C. Kern apontam em seus estudos que:

Evidências arqueológicas, etno-históricas e etnográficas recentes indicam que no pré-histórico tardio a população indígena da Amazônia era muito mais densa e numerosa do que a população indígena atual, concentrando-se em assentamentos ao longo dos rios e em parte da terra firme interior. (KÄMPF & DIRSE, 2005, p. 311)

Daí a importância de pensar o valor dos estudos arqueológicos na Amazônia e da implantação de novas tecnologias para desenvolve-los, pois estes trabalhos “contribui para o arruinamento de outras lógicas de conhecimento e para a instrumentalização do patrimônio” (Bezerra, 2013, p. 116), permitindo que haja a preservação e conscientização

dos indivíduos sobre o valor histórico da cultura material, fonte de pesquisa para arqueologia.

Logo os estudos da arqueologia permitiu reavaliar pesquisas primárias, como a que foi realizada pela antropóloga Betty J. Meggers, que via a Amazônia como “um paraíso ilusório” (Gomes, 2002, p. 51) e que todos os vestígios de vida humana que foram encontrados na América do Sul, eram trazidos de outros lugares mais propícios a vida humana como dos Andes, considerando “a Amazônia como recipiente de influências culturais” (Gomes, 2002, p. 55). Mas, as constantes pesquisas nesta área, foram desencadeando outros olhares sobre a ocupação amazônica. Donald W. Lathrap por exemplo, acreditava que a Amazônia foi berço das principais inovações tecnológicas, dando destaque para a agricultura e a produção de cerâmicas. Denise Gomes nos fala sobre isto:

Se a floresta tropical, especialmente a região de várzea, é vista por Lathrap como o local de origem da agricultura no Novo Mundo, o mesmo ocorre com a cerâmica. A interpretação de Lathrap sobre a distribuição dos complexos cerâmicos tem também como ponto de partida a Amazônia Central. (GOMES, 2002, p. 59).

Anna C. Roosevelt por sua vez, agrega as pesquisas de que ao contrário do que se pensava, a Amazônia era portadora de elementos propícios a vida humana, capaz de abrigar “sociedades complexas na floresta tropical”(Gomes, 2002, p. 61), mudando a forma de como os pesquisadores descreviam as populações que aqui viveram.

Percebe-se assim a importância das pesquisas arqueológicas, que evidenciam os complexos e grupos diversos, que foram capazes de desenvolver políticas econômicas e sociais, além de saberes fundamentais adquiridos no contato com a natureza amazônica, de qual tiravam recursos que foram relevantes para sobrevivência desses indivíduos (Neves, 2006), antecedendo a agricultura, como destaca Eduardo Neves:

Elas mostram, em primeiro lugar, que, há cerca de 11.000 anos, havia no continente populações com diferentes tipos de economia: algumas eram especializadas na exploração de recursos marinhos; outras, como na Amazônia, tinham economias diversificadas; enquanto outras ainda eram especializadas na caça. Os dados obtidos em diferentes partes da Amazônia mostram que, de fato, a floresta tropical foi ocupada antes do advento da agricultura, ou seja, por populações com economias baseadas em caça, pesca e coleta. (NEVES, 2006, p.24-25)

Com o modo de vida sedentário das populações indígenas e à medida que a atividade agrícola foi se desenvolvendo, foram criando artifícios que ajudassem na colheita e que protegesse os alimentos da umidade e de animais, assim se deu a técnica

de fabricação ceramista. Esta tecnologia foi muito importante para que essas pessoas garantissem o armazenamento de alimentos e os utensílios básicos que necessitavam para organizar a vida diária.

A complexidade da cerâmica não revela somente a sua função, mas as diversificações regionais e culturais dos povos que habitavam a Amazônia, os materiais utilizados na sua produção e as técnicas. Elementos como o caripé e o cauixi, foram adicionados na fabricação das cerâmicas e os grupos humanos desde então vem desenvolvendo técnicas e experimentos que melhoram o processo da produção cerâmica. Os objetos foram ganhando formas e cores ao longo do tempo, com desenhos e traçados muito peculiares, cheios de significados que vão se ressignificado a medida que as sociedades humanas foram se transformando (Moraes; Neves, 2012).

Esses materiais arqueológicos eram produzidos como objetos utilitário do dia a dia, até mesmo como moeda de troca com outros povos e em rituais religiosos. São restos desses vestígios que são encontrados e guardados pelos moradores do Distrito de Freguesia do Andirá, riquíssima em materias, “verificam-se centenas, ou milhares, de fragmentos cerâmicos por toda a superfície da comunidade” (Lima, 2005, p. 41), formando assim as coleções particulares.

Ao fazer uma caminhada pelas poucas ruas da comunidade, observei que a medida que ia me afastando dos terrenos da “beira” do rio, os matérias iam diminuindo até chegar um ponto que já não conseguia mais encontrar os cacos de cerâmicas, mais ou menos 300m distante da margem do rio, o que não quer dizer que abaixo da superfície não estejam presentes, mais achei importante relatar isso, pois os vestígios demonstram que as populações indígenas teriam se fixada próximo ao rio, uma vez que ali foram encontradas uma quantidade, consideravelmente, grande de matérias arqueológicos.

A presença de Terra Preta de Índio (TPI), rica em nutriente para as plantas cultivadas pela agricultura é outro indício da presença de populações indígenas que ocuparam a Amazônia (KÄMPF; DIRSE, 2005). Na comunidade de Freguesia do Andirá “a camada arqueológica, de terra preta, tem até 70 cm de profundidade. As dimensões estimadas do sítio são de 3.000m por 700m, sendo que seu eixo maior acompanha o leito do rio” (Lima, 2005, p. 41).

Nesta localidade a TPI é vista em boa parte da comunidade, principalmente, em áreas próximas ao rio. Essa terra é muito utilizada pelos comunitários daquela localidade em roçados, plantações de macaxeiras entre outras. Segundo as pesquisas de Nestor Kämpf e Dirse C. Kern, as TPIs são:

Locais de antigos assentamentos contendo artefatos culturais, cuja coloração escura se deve principalmente ao material orgânico decomposto, em parte na forma de carvão, como resíduo de fogueiras domésticas e de queimadas para uso agrícola do solo. Por isso, o teor de carbono orgânico (CO) nas TPs é elevado, bem como o de P, Ca e Mg, resultantes de cinzas, de resíduos de peixes, conchas, caça e dejetos humanos. Em consequência, a fertilidade da TP é significativamente superior à da maioria dos solos amazônicos, que são lixiviados e ácidos, não afetados pela atividade humana pré-histórica (Eden et al., 1984; Kern & Kämpf, 1989; Rodrigues, 1993; Woods & McCann, 1999; McCann et al., 2001; Lima et al., 2002). (KÄMPF & DIRSE, 2005, p. 286)

É muito importante que estudos possam ser realizados nesses locais, já que ali é um grande sítio arqueológico, se faz necessários que sejam promovidos palestras e debates sobre o tema, para que os comunitários tenham consciência de que essas matérias não devem sair da localidade, e que sua comercialização pode lhes causar complicações com a justiça, muito embora esses:

Esforços têm se mostrado insuficientes no combate ao saque, ao vandalismo e ao tráfico de peças arqueológicas: uma realidade crescente na Amazônia. Os fatores que mais contribuem para a degradação do patrimônio são: 1) o tráfico de peças arqueológicas; 2) a retirada de terra preta para comercialização; 3) a implantação de projetos de desenvolvimento; e 4) o turismo desordenado (Schaan, 2007; Lima, 2007).

É importante que se façam esses diálogos para que esses indivíduos liderem movimentos de educação histórica a partir deste contato, isso, conseqüentemente, ajudará no processo de salva guarda desses materiais arqueológicos, importantíssimos para contar a história do Distrito de Freguesia do Andirá.

3. As coleções domésticas: muitos cacos, muitas histórias!

As cerâmicas “brotam” com muita frequência devido a ação das chuvas, descimentos de terras e até da vazante formando uma praia as margens do rio Andirá que fica repleta de cacos cerâmicos. Aparecem ainda quando são realizados trabalhos para aberturas de ruas ou de fossas negras.

A maioria das peças que as pessoas encontram estão nos seus quintais, já que “frequentemente, cidades contemporâneas estão localizadas sobre sítios arqueológicos” (Neves, 2006, p. 10), mas o afloramento é mais perceptível nas que estão em terreno de “ribanceira”, perto do rio Andirá. Segundo os moradores, ali já foi uma área cercada de grandes árvores com muita vegetação, característico de ocupação por sociedades humanas no passado amazônico.



Fonte: SOUZA, 2017

Essas coleções são guardadas pelos comunitários, afim de resguarda-las, um ato intuitivo de proteção, muito embora haja relatos de comercialização das peças, o que também foi evidenciado por outro estudo primário, de levantamento arqueológico no Médio Amazonas, que perpassou por aquela localidade. Sobre seu trabalho Helena Lima (2005) diz:

Obtivemos informações de que inúmeros recipientes inteiros foram retirados do local: moradores dizem que sempre que se escava o solo encontram-se potes diversos. No entanto, poucos guardam os objetos em suas residências “porque ninguém dá valor”, diz o presidente da comunidade, o Sr. Manoel Pinheiro. A única pessoa que se interessa por isso, dizem, é a Sra. Maria Aparecida de Melo (esposa do poeta Thiago de Melo), que recolhe e compra materiais arqueológicos do local e os “leva embora para São Paulo”. (LIMA, 2005, p. 41)

Essas coleções de peças encontram-se em locais protegidos como armários, envoltos em papeis, protegidos da humidade, como é o caso da professora Ketelen Santos com 14 peças guardadas em baldes de plásticos, antigos vasilhames de manteiga. Já as crianças guardam suas coleções em baixo de “assoalhos” das casas, uma delas possui 35 peças. Mesmo armazenados de maneiras diferentes percebe-se o apego nas peças, já que são guardadas, diferindo também os significados para ambos. Enquanto para a professora tem valor histórico, para as crianças o que chama a atenção são as formas, contornos e desenhos que apresentam.

Segundo a professora Ketelen e as crianças, as peças foram recolhidas nos quintais de suas propriedades ou de seus familiares e na praia que se forma com a vazante, onde há bastantes materias espalhados. A praia fica mais ou menos a 60 metros do centro cultural da comunidade, em linha reta, local que tem em seu entorno quantidades significativas de materias fragmentados.

3.1 As narrativas sobre as coleções e suas ressignificações

Os vestígios arqueológicos encontrados, são ressignificações pelos comunitários à medida que entram em contato com a cultura e crenças contemporânea, mas um dos principais motivadores para que os moradores colecionassem esses materiais é a beleza que identificam nos cacos guardando-os e a curiosidade de como foram confeccionados.

A falta de informação sobre os artefatos levaram por vezes algumas pessoas a comercializar ou doar as peças que encontravam, o interesse sobre o assunto é pequeno e preocupante, uma vez que quando me apresentava como aluna de História e falava da minha pesquisa, alguns dos moradores indagavam: *“mais pra que vocês vão falar sobre essas coisas, nem dá pra saber pra que servia esses bagulhos?(dona Rosenda)”*.

Ao serem questionadas sobre as peças encontradas, relatam que não veem utilidade para as mesmas. No meu entendimento, talvez, isso se dá pelo fato de serem fragmentos, sem serventia imediata de uso, mas também por terem sido produzidas por povos indígenas, que carregam uma herança estereotipada resultado do processo cultural enraizada pelo homem branco nos tempos coloniais, de que o índio era alguém sem alma e sem valor.

Muito embora, mesmo relatando que o material encontrado na comunidade não seja de relevância, ganham ressignificações por parte de algumas pessoas, isso revela que elas têm algum laço afetivo com o objeto, seja estético ou outro qualquer, que os levam a guardar aquele material. Portanto, os colecionadores acabam por dar valor aos fragmentos, ainda que não seja dentro do aspecto acadêmico, científico e arqueológico o qual motivou essa pesquisa.

É importante que se pense em projetos e estudos voltados para patrimônio, e arqueologia, para que esses indivíduos possam refletir sobre o contexto histórico de suas localidades, pois esses objetos são uma fonte de informação, “verdadeiros documentos que nos falam das tradições tecnológicas, das relações sociais e dos universos simbólicos dos povos que os produziram” (LIMA; BARRETO; BETANCOURT, 2016, p.20), mostrando as heranças deixadas e que estão no dia-a-dia.

Dentre os relatos, surgiram muitos que apontavam a grande incidência nos quintais de fragmentos arqueológicos, nos quintais de suas residências, porém, também não achavam serventia alguma para esses materiais: *“a gente vê muito essas pedras quebradas aqui pelo quintal... dá pra ver muito, óh! Mas não tem serventia por causa que já tão tudo quebrada né”*.

Do ponto de vista das crianças, aqueles “pedaços de pedras”, como eles costumam chamar para os materiais arqueológicos eram parte de sua diversão: “*eu gosto de brincar com elas...De jogar lá no rio, é legal ver elas quicando*”. Outra criança reafirma com entusiasmo o que o primeiro garoto fala, usando outro termo para identificar o caco de cerâmica: “*ei, é que a gente faz competição entre nós, quem vai jogar esses pedregulhos mais longe ou então a gente joga na garrafa mesmo*”.

Entre as crianças que conversei, elas contam sobre a sua coleção particular, geralmente escolhe as com desenhos (grafia) mais elaborados e diferentes: “*os que são mais bonitos eu guardo. Nenhuma é igual, todas são diferentes. Não tenho nenhum repetido*”.

Uma senhora com quem conversei me deu uma outra versão, de como os cacos de cerâmicas são manuseados: “*eu já sabia que isso era resto dos povos que já morreram, eu num gosto muito não, as vezes meus netos traz pra casa pra jogarem no rio, ou até mesmo pra jogarem por ai pelo quintal, mas eu já disse pra eles, que quando o bicho vim puxar o pé dele, eu num vou ajudar, quem manda ele tá mexendo no que não é da conta dele. Com gente morta a gente não brinca né*”. É perceptível o imaginário atrelado com a religião na fala desta pessoa, o semblante sério e amedrontado, temendo o sobrenatural, é um imaginário que vai sendo repassado aos filhos e netos.

Embora não demonstrem muito interesses pelos artefatos, e com frequência tendem afirmar a pouca serventia para os objetos, é notório que as pessoas sabem que aqueles vestígios fragmentados são resultado de ocupações indígenas e dão ressignificações e até mesmo utilidades para os objetos. Um exemplo disto é que esses materiais são utilizados em aterros de casas, a qual muitos foram cimentados, na construção de pisos, ou mesmo nas brincadeiras das crianças. Joanna Troufflard analisa que:

A relação que os moradores têm com os vestígios arqueológicos raramente é neutra: guardam, descartam, temem. Também se sabe que os lugares onde se concentram vestígios arqueológicos podem ser associados a visagens. Uma análise das histórias ligadas aos sítios e objetos iria sem dúvida fornecer informações pertinentes para o estudo da relação entre moradores e peças arqueológicas (TROUFFLARD, 2012, p.67)

Dentre tantos relatos e conversas com os moradores, o que mais me chamou atenção, foi de um senhor que afirma que um vizinho ao escavar para construir uma fossa negra no quintal, depararam-se com um grande pote e que dentro dele havia ossos humanos, mas à medida que iam mexendo para retirar-los, foram se desfazendo. Quando

indaguei onde estava este porte, ele disse que não sabia o que tinham feito com ele. Muito embora para mim, pareceu mais que ele ficará com medo de dizer o que havia acontecido, e também não quis informar onde a urna tinha sido encontrada. Acredito que esse receio, é em relação a própria lei, pois Bezerra (2011) esclarece que:

A legislação brasileira protege o patrimônio arqueológico, quer ele esteja em propriedade pública ou privada, e os agentes da destruição são punidos por meio de processos judiciais, que implicam desde a aplicação de multas até a decretação de prisão (conforme Decreto Lei 3.924/1961. (BEZERRA, 2011, p. 58)

A legislação³, portanto, não permite que se guarde os materiais encontrados, tão pouco se façam coleções dos mesmos, apenas pessoas autorizadas e que representam instituições de salvaguarda é permitida a posse desses bens arqueológicos, do contrário os artefatos encontrados, pertencem a União, isso também acontece em relação a manutenção, preservação dos sítios.

Talvez eles já tenham ouvido comentários sobre esta questão, já que muitos ao falarem sobre os materiais, pediram para que não fossem citados, muitos até se recusaram a dar seus nomes, após alegarem que muitas peças eram vendidas ou levadas como presentes por visitantes que passavam pela comunidade. A preocupação neste sentido é dos moradores sofrerem alguma represália pelo ato de guardarem em casa esses materiais, muito embora “considero que, apesar de a coleta de material arqueológico ser proibida pela lei, no tipo de caso exposto este ato é mais um fenômeno de apropriação coletiva do patrimônio pelos moradores do que uma ação destrutiva” (TROUFFLARD, 2012, p.67), o que significa que “quando o patrimônio arqueológico passa a fazer parte da vida da população mais ativamente, são ativados sentimentos de pertencimento e de artefatos que

³ conf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988; BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 nov. 2015;

PORTARIA IPHAN/MIC nº 230/2002, de 17/12/2002, sobre os procedimentos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental e o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015;

PORTARIA IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015;

PORTARIA IPHAN/MinC nº375, de 17/08/2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências. Disponível em: http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 01 nov. 2018.

são, a nosso ver, o melhor caminho para a sua efetiva preservação” (LIMA; BARRETO; FERNANDES, 2018, p.159).

Uma jovem da comunidade chamada Benedita, mãe das crianças que colecionam as peças apresentadas neste trabalho, me mostrou a foto da urna que foi encontrada em uma residência. A imagem não tem boa resolução, mas é perceptível que estava com a metade da peça para fora da terra, uma vez que ao descobri-la os moradores foram retirando a terra no entorno, ela ao relatar riu do que as pessoas falaram quando encontraram a urna, *“eles achavam que dentro tinha moedas de ouro, mas quando viram que era só ossos ficaram com medo”*.



FONTE: Benedita Carolina Barros 2017/2018.

Quando perguntei se ela sabia onde estava a urna ela disse em um primeiro momento, que não sabia o que tinha sido feito com ela, e que talvez tenham enterrado de volta, mas não disse a localidade onde ela foi encontrada. Mas a medida em que as visitas no Distrito desenvolviam-se, ela sentiu-se mais à vontade para revelar que a urna na verdade, estava danificada. A mesma fora quebrada pelas crianças, que curiosas insistiam em toca- lá, restando somente a parte que ainda estava coberto pela terra, já que o material que estava parcialmente exposto tinha se perdido devido a ação humana.

3.2 Conhecendo as coleções domésticas

As cerâmicas presentes nas coleções particulares do Distrito de Freguesia do Andirá, tem cacos de cerâmica ou líticos com proporções aproximadas entre 3 cm à 15 cm, variam de um único item (1) a sessenta e nove (69) peças. As peças estão armazenadas em caixas, sacos plásticos, depósitos improvisados ou em armários. Envolto em papeis ou panos. Largadas em qualquer canto da casa ou em lugares específicos.

Algumas apresentam desenhos zoomorfos, outras antropomorfos, modelados ou não. Com decorações incisas ou excisas. A relação com a natureza é perceptível e presente nas peças encontradas nas coleções domésticas do Distrito de Freguesia, não apenas por ser dela que se retiram os elementos para produção das peças, mas também pelos significados místicos e culturais que as populações humanas lhes atribuíam.



Figura 1- Coleção das netas senhor Valter Carneiro.



Figura 2- Coleção Marcelina dos Santos



Figura 3- Coleção do Paulo Jorge





Figura 4- Coleção do Hudson.



Figura5- Coleção Socorro.



Figura 6- Coleção Ketlhen Santos.

A coleções arqueológicas particulares, acima expostas, localizadas na Freguesia do Andirá, são, em sua maioria encontradas, nas propriedades dos próprios colecionadores, a coleção das crianças (Figura 1), netas do senhor Valter, por exemplo, é uma delas.

As crianças têm entre 3 a 11 anos, geralmente ao brincarem pelo terreno desnivelado e com queda considerável para o Rio Andirá, encontram os cacos decorados e modelados aflorando da terra, por entre as árvores frutíferas do quintal. Como são brincadeiras cotidianas, peças novas todos os dias vão sendo agregadas a coleção que hoje fica sobre a guarda do seu Valter Carneiro, que após as conversas se mostrou interessado em guardar os matérias recolhidos pelas netas. Para as crianças, a importância de guarda-

lá está ligada as decorações diferenciadas das peças, que são descritas como “*pedras bonitas*”. O que diferencia de outras crianças que utilizam os fragmentos para brincadeiras no rio, ou como instrumento para atingirem alvos diversos.

Estes materiais são peças pequenas com incisões e ponteados, em algumas delas apresentam traços de cor, por terem sido produzidas e decoradas com pinturas, ou mesmo por estarem expostas na superfície a muito tempo, o que faz com que sejam mais desbotadas. Há ainda peças com coloração escuras, resultados da exposição ao fogo. Atualmente, são trinta e cinco peças fragmentadas coletadas pelas crianças e que são guardadas pelo avô, em um recipiente plástico, o que segundo ele protege da exposição a umidade.

Na coleção sob a guarda da dona de casa Marcelina dos Santos (Figura 2), há uma preocupação em coletar para “*amostrar para as pessoas que queiram saber sobre a comunidade*”. Ela discorreu sobre a história da comunidade, sobre o motivo do distrito se chamar “Freguesia do Andirá”, local que, segundo ela, era cheio de mata fechada e com grandes morcegos chamados Andirá. Onde há muita cerâmica de índio, principalmente, na frente da comunidade, local onde ela morou por muito tempo, até mudar para a nova propriedade que também tem muitos vestígios aflorados. Foi neste novo espaço que ela iniciou sua coleção, fazendo coisas corriqueiras do dia-a-dia, limpando o quintal, capinando e fazendo plantações e ao percebeu os materiais se interessou nas suas formas diferenciadas, de como as sociedades indígenas eram inteligentes e aprenderam a mexer com a terra a seu favor.

Sua coletânea possui treze peças, compostas por fragmentos cerâmicos, machadinhas e líticos. Todos armazenados em sacolas individuais, que ela guarda em casa para exibir para quem se interesse pelos vestígios, que queiram registra-los e ouvir suas histórias.

A maior coleção que eu apresento neste trabalho é a coleção (figura 3) do adolescente de 11 anos, Paulo Jorge, ele possui sessenta e nove fragmentos cerâmicos. O menino começou a guardar as cerâmicas, por apresentarem semelhanças a animais da floresta e de animais criados nos quintais, como é o caso dos galos. Em sua coleção há uma variedade de peças modeladas, que confirmam o interesse do mesmo pelas peças. Paulo diz que sua coleção foi se formando a partir dos materiais recolhidos no quintal de casa e ruas, onde ele afirma já ter visto urnas e potes grandes, que apareceram quando

estavam pavimentando o lugar. Esses materiais arqueológicos, foram enterrados novamente pelos trabalhadores que escavavam as ruas do distrito, permanecendo ali, inclusive onde por enquanto não se deu continuidade a pavimentações, estando sujeito a aparecerem de novo com as constates chuvas no local.

O jovem cita que muitos dos fragmentos que encontrou estavam em uma praia conhecida como *Ponto da Gaivota*, local que frequentemente visitam para passeio, próximo da comunidade. Sua coletânea possui elementos dos mais variados tamanhos e estão guardados em um saco plástico transparente (de supermercado), e são alojados embaixo do assoalho para proteção.

O menino Hudson, também possui uma coleção (figura 4) com nove exemplares. Sua coleção seria maior se sua mãe não tivesse se desfeito das peças, ela (mãe) disse que “*não gosta que o filho guarde coisas de pessoas que já morreram*”, por isso insiste em não deixar que leve os materiais para casa. Sua coleção fica em lugares escondidos pelo quintal, em sacos plásticos para que não fique em contato com o chão e a umidade, também gosta de colecionar por achá-los bonitos, e em sua maioria são encontradas nas ribanceiras da comunidade e na praia.

A coleção (figura 5) da dona de casa Socorro, possui um item apenas, que chama atenção pelo tamanho e peso. O fragmento de machado lítico, polido e afiado, parece ainda ser capaz de exercer a sua funcionalidade de corte, mesmo não estando com o seu exemplar inteiro. A colecionadora, expõe o objeto na varanda de sua casa, como um item de decoração e afirmando que achou o mesmo no quintal.

Na coleção (figura 6) da professora Ketlhen Santos, contém trinta e um fragmentos, os quais segundo a mesma foram coletados em diferentes lugares, como no quintal de sua casa, de familiares, praia e na rua. Como é professora de História, possui leitura sobre os vestígios, ela destaca a importância das peças para contar a história local da região e dos grupos humanos que por ali passaram, portanto o seu acervo foi composto visualizando pesquisas como está, pois a professora entende que depois que eles (comunitários), retiram os materiais do solo, os vestígios saem no contexto para estudos arqueológicos, portanto sua intenção de guarda vislumbra estudos sobre os vestígios arqueológicos na comunidade. Sua coleção está guardada em um armário de ferro, no quarto da mesma, local onde todas as peças estão em voltas por papéis e papelão, afim de manter a sua conservação.

As peças encontradas nas diferentes coleções da comunidade estão fragmentadas. Algumas podemos notar alguns desenhos – traços gráficos, tanto na borda quanto nas laterais ou superfícies das peças. Podemos notar a presença de modelagens zoomorfas antropomorfizadas (botos, galo, jacaré e carinhas deformadas “caretinhas”), que é uma “representação de seres fantásticos compostos por formas humanas e animais” (Neves, 2006, p. 20), além de cacos de vasilhas e vasos, também é possível identificar dentre os cacos que compõem as coleções indicativos do contato com o colonizador europeu, como cachimbos de argila.

Abaixo apresentamos as imagens de cada uma das peças que compõem cada coleção doméstica:

Coleção 1

Coleção das crianças e do senhor Valter Carneiro		
		
Figura 01	Figura 02	Figura 03
		
Figura 04	Figura 05	Figura 06
		
Figura 07	Figura 08	Figura 09
		

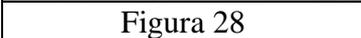
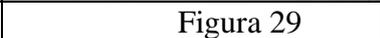
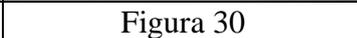
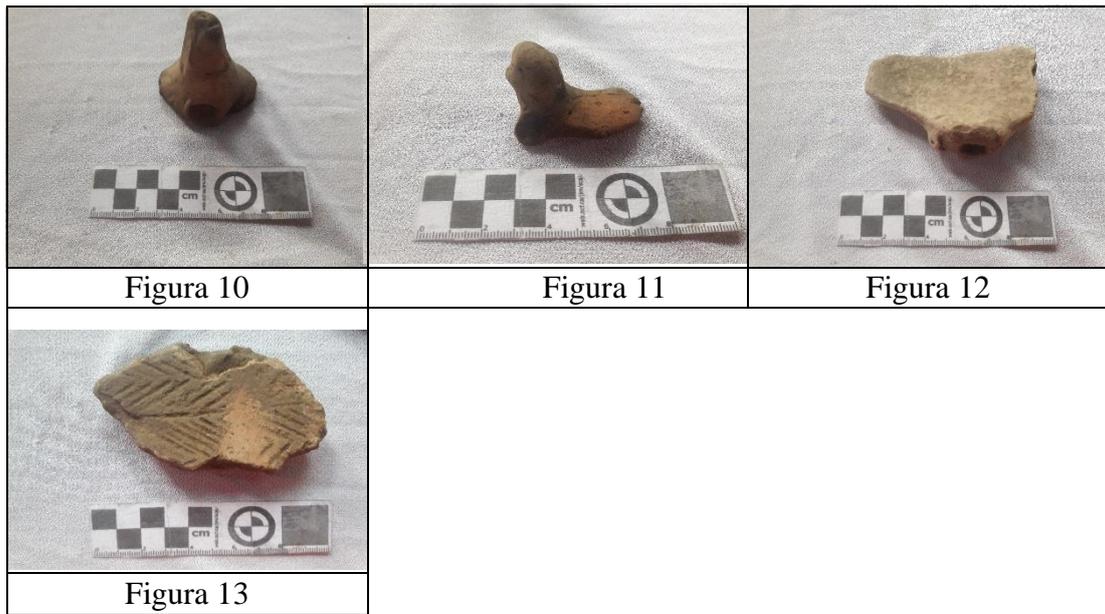
<p>Figura 10</p> 	<p>Figura 11</p> 	<p>Figura 12</p> 
<p>Figura 13</p> 	<p>Figura 14</p> 	<p>Figura 15</p> 
<p>Figura 16</p> 	<p>Figura 17</p> 	<p>Figura 18</p> 
<p>Figura 19</p> 	<p>Figura 20</p> 	<p>Figura 21</p> 
<p>Figura 22</p> 	<p>Figura 23</p> 	<p>Figura 24</p> 
<p>Figura 25</p> 	<p>Figura 26</p> 	<p>Figura 27</p> 
<p>Figura 28</p> 	<p>Figura 29</p> 	<p>Figura 30</p> 

		
Figura 31	Figura 32	Figura 33
		
Figura 34	Figura 35	

Coleção 2

Coleção da senhora Marcelina dos Santos		
		
Figura 1	Figura 2	Figura 3
		
Figura 4	Figura 5	Figura 6
		
Figura 7	Figura 8	Figura 9



Coleção 3

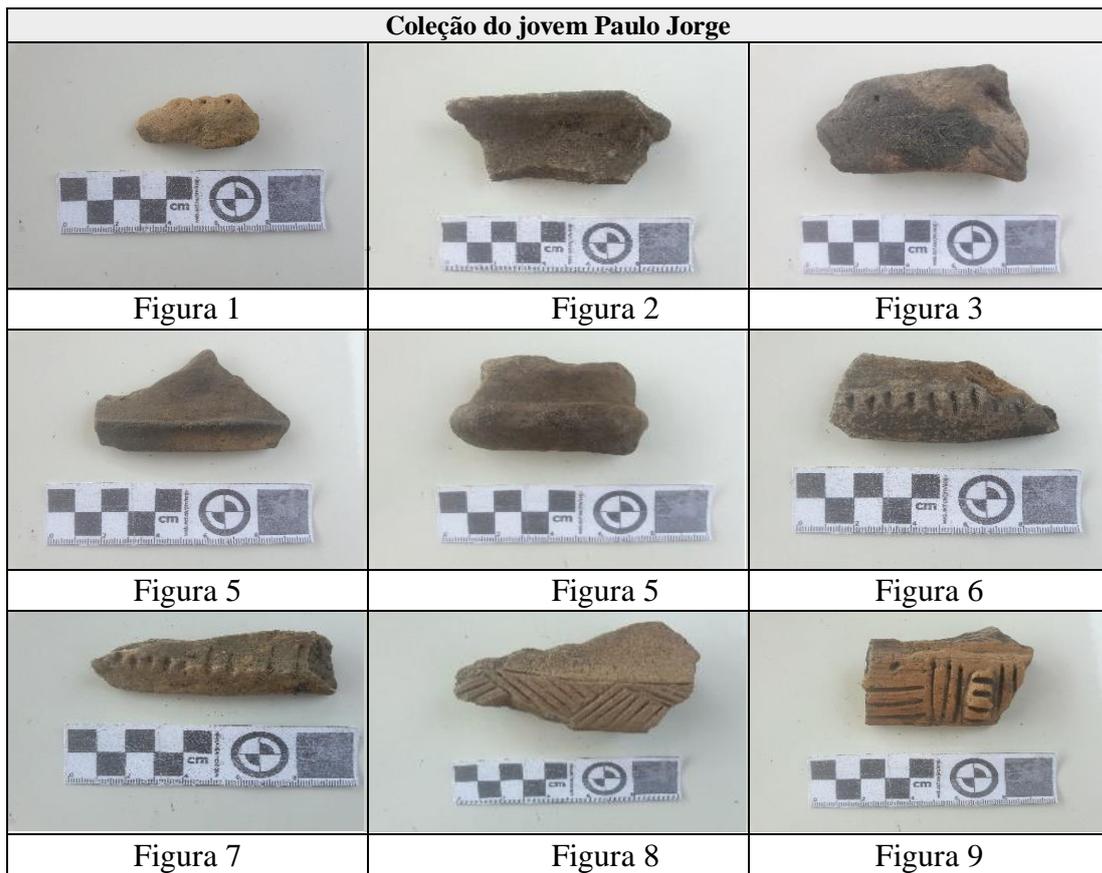


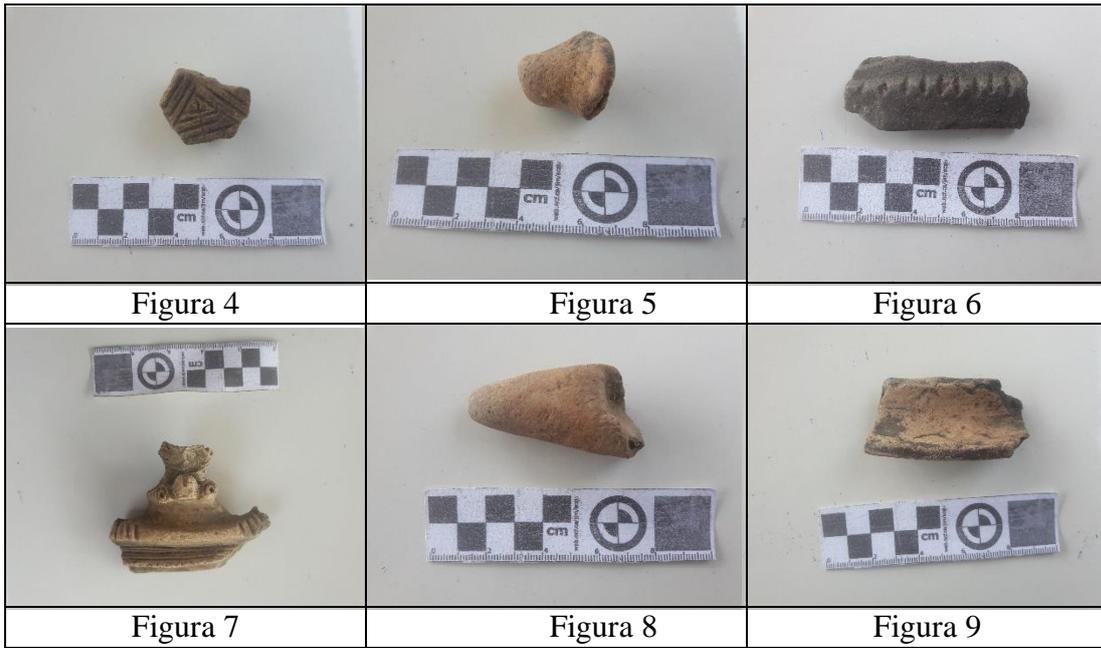
		
Figura 10	Figura 11	Figura 12
		
Figura 13	Figura 14	Figura 15
		
Figura 16	Figura 17	Figura 18
		
Figura 19	Figura 20	Figura 21
		
Figura 22	Figura 23	Figura 24
		
Figura 25	Figura 26	Figura 27

		
Figura 28	Figura 29	Figura 30
		
Figura 31	Figura 32	Figura 33
		
Figura 34	Figura 35	Figura 36
		
Figura 37	Figura 38	Figura 39
		
Figura 40	Figura 41	Figura 42
		
Figura 43	Figura 44	Figura 45

		
Figura 46	Figura 47	Figura 48
		
Figura 49	Figura 50	Figura 51
		
Figura 52	Figura 53	Figura 54
		
Figura 55	Figura 56	Figura 57

Coleção 4

Coleção do jovem Hudson		
		
Figura 1	Figura 2	Figura 3



Coleção 5



Coleção 6

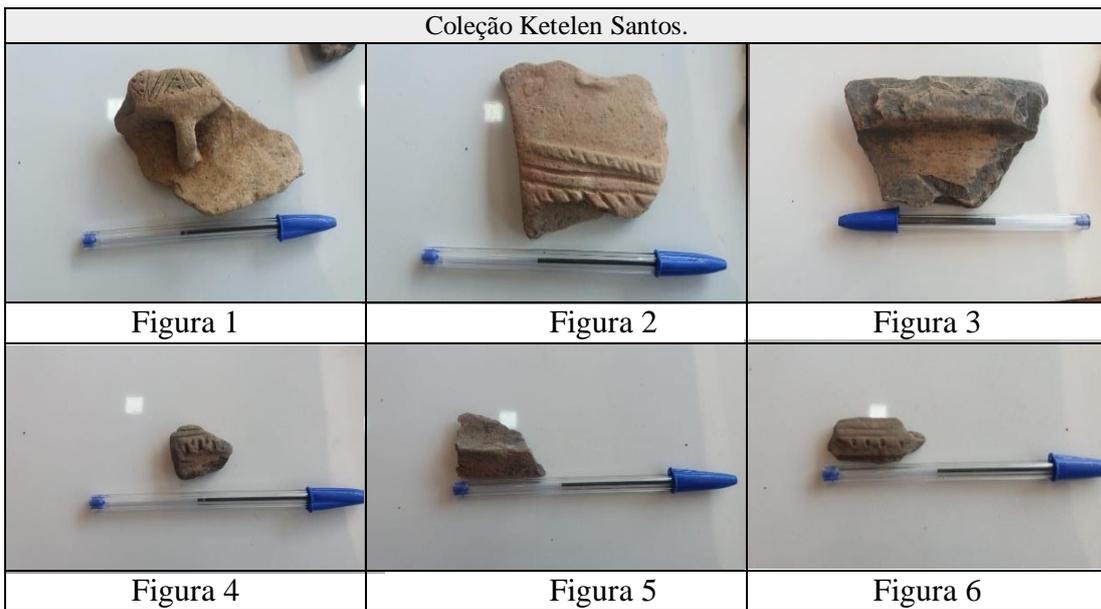
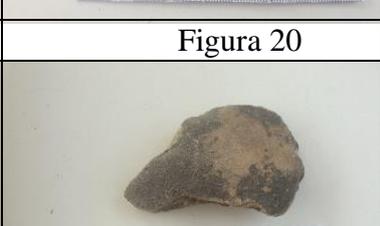
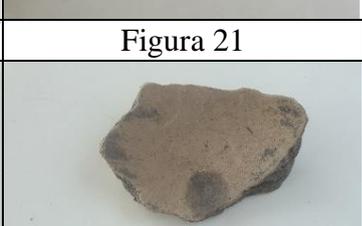


		
Figura 7	Figura 8	Figura 9
		
Figura 10	Figura 11	Figura 12
		
Figura 13	Figura 14	Figura 15
		
Figura 16	Figura 17	Figura 18
		
Figura 19	Figura 20	Figura 21
		
Figura 22	Figura 23	Figura 24

		
<p>Figura 25</p>	<p>Figura 26</p>	<p>Figura 27</p>
		
<p>Figura 28</p>	<p>Figura 29</p>	<p>Figura 30</p>
		
<p>Figura 31</p>		

Descrição das Coleções Arqueológicas Catalogadas				
Coleção	Guarda	Quant.	Componentes	registro
1º	Valter Carneiro	35	Esta coleção exibe 16 bordas, algumas aplicadas, com duas peças incisadas ponteadas, uma retilínea e três ponteadas alongadas. 14 fragmentos cerâmicos, com cinco peças incisadas e nove lisas, dentre as quais estão três fragmentos que constituem a mesma peça. 1 fragmento de vasilha onde aparece uma face antropomorfa, composto por olhos com incisões circular e ponteadas no centro, além do nariz. 4 apliques modelados, um apêndice antropomorfo, com olhos nariz e boca aparentes, e um leve achatamento na altura das orelhas. Um zoomorfo e dois cônicos, um liso e outro com incisões.	36 fotos
2º	Marcelina dos Santos	13	Apresenta 1 suporte cônico, 1 borda incisada ponteadas, 4 apliques, sendo dois zoomorfos, um com coloração preta devido a queima. 1 fragmento incisado, 2 líticos polidos possivelmente utilizados como possível moedor de sementes e 4 fragmentos de machado.	14 fotos
3º	Paulo Jorge	69	24 fragmentos de bordas com incisões retilíneas (horizontais, verticais e diagonais) e ponteadas, algumas sendo aplicadas e outras extrovertidas, possivelmente uma das peças seja fragmento de um vaso de gargalo, por diferenciamento alongado da sua borda. 32 fragmentos de vasilhas, de tamanhos pequenos e medianos, sendo que um apresenta pintura vermelha além de oito bases simples, alguns apresentam incisões retilíneas. 2 fragmentos de pratos com incisões. 11 apliques, as quais alguns apresentam formas modeladas (espiral e etc.) zoomorfas, de elementos como alça e cônicos, além de um fragmento cerâmico com incisada, com um aplique modelado, a peça tem formato semicircular.	58 fotos
4º	Hudson	9	A coleção é composta por 1 pequeno fragmento com incisões perpendiculares, 1 fragmento de vasilha com contorno simples, 2 bordas extrovertidas lisas, 1 borda aplicada com incisões, 1 borda com ponteadas alongadas, além de 1 borda com incisões retilíneas e ponteadas. Tal peça apresenta decoração zoomorfa, parecido com urubu rei, onde os olhos são constituídos por incisões circular e ponteadas profundo no meio e com nariz aplicado com uma incisão na vertical ao meio. A coleção é composta ainda por 2 suportes cônicos.	10 fotos
5º	Socorro	1	1 machado polido	4 fotos
6º	Ketlhen Santos.	31	22 fragmentos de vasilhas que apresentam incisões retilíneas (horizontais, verticais e diagonais) e ponteadas, 3 apliques, sendo dois cônicos e um zoomorfo. 5 bordas compostas por incisões retilíneas e ponteadas, alongadas e lisas e 1 cachimbo.	33 fotos

Algumas considerações finais

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, posso concluir que Freguesia do Andirá foi mais uma das várias comunidades, vilas, cidades construídas sobre sítio arqueológicos, devido grande faixa de TPI, resultado de ocupação prolongada e de incidências frequentes de vestígios arqueológicos que aparecem por toda extensão da comunidade e que facilitam a coleta desses objetos, formando assim as coleções particulares.

A importância desse trabalho, para mim como participante da academia é dar a minha contribuição enquanto futura professora e historiadora, onde essa pesquisa pode fornecer informações para trabalhos acadêmicos sobre este tema e incentivar pesquisas desta natureza nesta e em outras comunidades amazônicas, abrindo espaço para reflexões sobre as políticas desenvolvidas para quem convive, coleciona e mantém uma relação de cuidado com os artefatos, além, também, de somar para a valorização da histórica local e história da Amazônia. As conversas que se tornaram frequentes com os moradores me faz crer que um novo olhar se abriu para os que convivem com esse patrimônio arqueológico, o qual serão agentes participantes para a sua conservação e guarda.

Por fim, embora não tenha encontrado nenhuma urna ou vaso parcialmente inteiro, fiquei bem satisfeita com a maneira a qual os comunitários zelam e se relacionam com essas coisas do passado, com as quantidades e variedades de peças das coleções que encontrei, algumas muito bem elaboradas e outras nem tanto assim, porém todas contam um pouco da história do lugar que hoje conhecemos como Distrito de Freguesia do Andirá.

Agradecimento: Esse trabalho só foi possível graças a colaboração dos moradores do Distrito de Freguesia do Andirá, que foram bastantes participativos e ajudaram a dialogar com os colecionadores da localidade, que por sua vez, aos colecionadores que se mostraram atenciosos e participativos, nos oferecendo informações e permitindo e autorizando que suas coleções fizessem parte deste trabalho, a eles minha eterna gratidão.

Referências

BEZERRA, Marcia. *As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da vila de Joanes, ilha do Marajó, Brasil*. In: **Amazônia Revista Antropológica** (Online) 6 (2): 418-44, 2014.

_____. *Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia*. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, p. 107-122, 2013.

_____. *“As Moedas dos Índios” Um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 57-70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988; BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 nov. 2015.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas de Coleção Tapajônica MAE- USP**. São Paulo: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LIMA; Helena P.; BARRETO, Cristiana; FERNANDES, Camila. *Museus no século 21: ações pela salvaguarda e socialização do acervo arqueológico do Museu Goeldi*. In: **Revista do Patrimônio: O patrimônio do norte: outros olhares para a gestão**. nº38, 2018. p. 145-161.

LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana; BETENCOURT, Carla; Jaimes. *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETENCOURT, Carla; Jaimes (org). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016. p.19-31.

LIMA, Helena; SILVA, Carlos. **Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas**. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado, 2005.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MORAES, C. de P.; NEVES, E.G. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Revista Amazônica**, v. 4, n. 1, 2012, p. 122-148.

PORTARIA IPHAN/MIC nº 230/2002, de 17/12/2002, sobre os procedimentos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental e o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PORTARIA IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PORTARIA IPHAN/MinC nº375, de 17/08/2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências. Disponível em: http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 01 nov. 2018.

TROUFFLARD, Joanna. *O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará?* In: SCHAAN, Denise P. **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará**. GKNoronha, Belém, 2012. pp. 57-72.